



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
ESCOLA DE ARQUIVOLOGIA

LUCIA ELENA PENEDO DE OLIVEIRA DE CARVALHO FERREIRA

**POR DENTRO DO ARQUIVO ESCOLAR DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO
TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA – CEFET/RJ:
reflexões sobre Memória e Cultura Escolar**

Rio de Janeiro

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
ESCOLA DE ARQUIVOLOGIA

LUCIA ELENA PENEDO DE OLIVEIRA DE CARVALHO
FERREIRA

**POR DENTRO DO ARQUIVO ESCOLAR DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO
TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA – CEFET/RJ:
reflexões sobre Memória e Cultura Escolar**

Trabalho de conclusão de cursos apresentado à
Escola de Arquivologia, como requisito parcial para
obtenção do Grau de Bacharel em Arquivologia.
Orientadora: Dr.^a. Priscila Ribeiro Gomes

Rio de Janeiro

2019

Catálogo informatizado pelo(a) autor(a)

F383 Ferreira, Lucia Elena Penedo de Oliveira de Carvalho
Por dentro do arquivo escolar do Centro Federal
de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca -
CEFET/RJ: reflexões sobre Memória e Cultura Escolar.
/ Lucia Elena Penedo de Oliveira de Carvalho
Ferreira. -- Rio de Janeiro, 2019.
54 f.

Orientadora: Priscila Ribeiro Gomes.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro,
Graduação em Arquivologia, 2019.

1. Arquivos Escolares. 2. CEFET/RJ. 3. Cultura
Escolar. 4. Memória. 5. Ditadura. I. Gomes, Priscila
Ribeiro, orient. II. Título.

LUCIA ELENA PENEDO DE OLIVEIRA DE CARVALHO FERREIRA

**POR DENTRO DO ARQUIVO ESCOLAR DO CENTRO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA – CEFET/RJ:
reflexões sobre Memória e Cultura Escolar**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Escola de Arquivologia,
como requisito parcial para obtenção
do Grau de Bacharel em Arquivologia.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Dr.^a Priscila Ribeiro Gomes
Orientadora

Dr.^a Rosale de Mattos Souza
Integrante da Banca Examinadora

Ms. Bruno Ferreira Leite
Integrante da Banca Examinadora

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, pela fé e perseverança que sempre acompanham a minha caminhada.

À minha família, pela paciência e compreensão durante essa jornada, pois as minhas filhas Bruna e Luíza e meu marido Enio, são os maiores incentivadores da minha vida acadêmica. Obrigada pelo carinho e parceria, que me permitiram chegar até aqui.

À Professora Doutora Priscila Gomes, pela confiança e dedicação que fez com que se tornasse uma orientadora singular. Meu eterno muito obrigado pela oportunidade inigualável de ter tido a chance de participar do seu Projeto de Extensão e ter sido sua orientanda.

Aos docentes, que nestes anos de convívio, foram fontes inesgotáveis de conhecimento, o meu muito obrigada pela partilha, de modo especial, aos professores João Marcus Figueiredo, Marcelo Siqueira e Bruno Leite.

À Seção de Documentação/Setor de Arquivo Central do CEFET/RJ, representado pela arquivista Valdete Barbosa, pela presteza, cordialidade e disponibilidade ao nos recepcionar.

Aos amigos, pela torcida e motivação.

Ao Professor Me. Rodrigo Borba, grande amigo e inspirador, por me permitir, de certo modo, aprofundar sua pesquisa. Obrigado por compartilhar suas experiências.

Aos meus melhores amigos, Guilherme e Pedro, pelos bons momentos e risadas vivenciados durante essa jornada.

À Escola de Arquivologia da UNIRIO, em especial ao Professor Eliezer Pires da Silva, pela atenção e zelo.

“Desde que haja rastro, distância, mediação,
não estamos mais dentro da verdadeira memória,
mas dentro da história”.

- Pierre Nora, 1993

RESUMO

FERREIRA, Lucia Elena Penedo de Oliveira de Carvalho. **Por dentro do arquivo escolar do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ: reflexões sobre Memória e Cultura Escolar**. 2019. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Arquivologia). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro

O presente trabalho tem por objetivo apresentar o arquivo escolar, especificamente a Seção de Documentação/Setor Arquivo Central do CEFET-RJ, como espaço de memória, sua importância para a História da Educação do Brasil, em especial, no período de maior inflexão do regime ditatorial, bem como as implicações referentes à falta de políticas arquivísticas e as lacunas observadas nos instrumentos legais no que tange aos arquivos escolares. Trata-se de uma abordagem metodológica qualitativa, com aspecto teórico-metodológico e exploratório com levantamento bibliográfico voltado para reflexões que remetem a assuntos como arquivos escolares, memória, identidade, cultura escolar, políticas públicas arquivísticas, acesso à informação e gestão de documentos. Nesse sentido, o trabalho apresenta também um caráter empírico, em que buscamos apresentar o arquivo escolar do CEFET/RJ, procurando fazer um levantamento de sua história e parte de seu acervo. Esta experiência demonstrou o quanto o arquivo escolar é revelador de culturas escolares e seus espaços se constituem como lugares de memória, fontes para pesquisas na área da educação.

Palavras-Chave: Arquivos Escolares, CEFET/RJ, Cultura Escolar, Memória, Ditadura,

ABSTRACT

The purpose of this paper is to present the school archive, specifically the Documentation Section/Central Archive Sector of CEFET-RJ, as a space of memory, its importance for the History of Education in Brazil, especially in the period of greater inflection of the dictatorial regime, the implications that the lack of archival policies and the gaps observed in the legal instruments regarding the school archives. Its a qualitative methodological approach, with a theoretical-methodological and exploratory character, with a bibliographical survey focused on reflections that refer to subjects such as school, memory, identity, school culture, archival public policies, access to information and document management. In this sense, the work also has an empirical character, which seeks to present the school archive of CEFET/RJ, seeking to make a survey of its history and part of its collection. This experience demonstrated how much the school archive is revealing of school cultures and their spaces are places of memory, sources for research in the field of education.

Key words: School Archives, CEFET /RJ, School Culture, Memory, Dictatorship

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AETI – Associação Brasileira de Educação

AI – Ato Institucional

BDTD/IBICT – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

CEE- Conselho Estadual de Educação

CEFET/RJ – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca.

CNE – Conselho Nacional de Educação

CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos

ETF-CSF – Escola Técnica Federal – Celso Suckow da Fonseca.

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

LAI – Lei de Acesso à Informação

LBD – Lei de Diretrizes e Bases

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SINAR – Sistema Nacional de Arquivos

Às pessoas mais importantes da minha vida:

Enio, Bruna e Luiza

Amo vocês com todo o meu coração

Sumário

INTRODUÇÃO	10
1. APRESENTANDO O CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA – CEFET/RJ	17
1.1. A HISTÓRIA DO CEFET/RJ.....	17
1.2. AS INSTALAÇÕES DA SEÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO/SETOR DE ARQUIVO CENTRAL.....	18
1.3. GERENCIAMENTO DO ARQUIVO	18
1.4. EMPRÉSTIMOS E CONSULTAS	21
2. A EDUCAÇÃO NO BRASIL E A DITADURA CIVIL-MILITAR: REFLEXÕES	23
3. ARQUIVOS ESCOLARES, CULTURAS E MEMÓRIAS	29
3.1. OS ARQUIVOS ESCOLARES: DEFINIÇÕES	30
3.2. OS ARQUIVOS ESCOLARES ENQUANTO REVELADORES DE CULTURAS	33
3.3. OS ARQUIVOS ESCOLARES COMO ESPAÇOS DE MEMÓRIA.....	38
4. POLÍTICAS PÚBLICAS E ARQUIVOS ESCOLARES: INTRODUZINDO UMA CONVERSA.....	41
4.1. RELEXÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DOS ARQUIVOS ESCOLARES.....	44
4.2. LEGISLAÇÃO SOBRE ARQUIVO ESCOLAR	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS.....	51

INTRODUÇÃO

A proposta de construção deste trabalho foi oriunda do nosso interesse pela discussão sobre os arquivos escolares, principalmente nos debates relacionados às políticas que versam acerca desses espaços e acima de tudo por serem considerados espaços reveladores de culturas e memórias escolares. Nossa aproximação com tal temática foi oportunizada pela participação como bolsista no Projeto de Extensão: “Ensinar e Aprender nos/com arquivos: (re)vendo as práticas pedagógicas, desenvolvido pela Professora Doutora Priscila Ribeiro Gomes na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Face à relevância dos documentos armazenados no arquivo escolar, optamos por conhecer o arquivo do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET/RJ), após a leitura da dissertação “Entre a técnica e a tática: movimentos estudantis na Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca (1967–1978)” do professor Rodrigo Cerqueira do Nascimento Borba apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em novembro de 2017, inserida na esfera da História das Instituições Educacionais ao analisar a história do CEFET/RJ tendo como recorte de tempo o período de maior inflexão política da ditadura civil-militar brasileira.

. A propósito, Borba (2017), tece um novelo de histórias e memórias almejando encontrar “pistas de um possível passado que traga reflexões que contribuam para que não nos esqueçamos de como a cultura escolar é afetada em períodos autoritários” (BORBA, 2017, p.16).

Após minuciosa pesquisa¹ realizada pelo autor supracitado sobre esta escola em diversos espaços de socialização acadêmica, foram encontrados somente quatro trabalhos sobre a referida instituição. Inicialmente, sua intenção era desenvolver um trabalho histórico sobre a profissão docente, focalizado nos professores do CEFET/RJ e por conta da indisponibilidade de documentos institucionais relacionados ao recorte temporal de sua pesquisa (1967/1978) e ainda, devido à descoberta de um rico material² sobre estudantes em atividades tidas como subversivas, o objeto de investigação foi

¹Levantamento efetuado por Borba (2017) no período entre abril e maio de 2016, referente à literatura sobre trabalhos sócio-históricos ligados à trajetória do CEFET/RJ, paralelamente a uma refinada pesquisa pelo tema na BDTD/IBICT e nos bancos de dissertações e teses da CAPES.

²Borba (2017) afirma que os documentos encontrados apresentam más condições de arquivamento, tendo dificuldades para referenciá-los. Recomenda que os documentos institucionais ETF-CSF precisam de tratamento arquivístico para serem catalogados e acondicionados de forma organizada.

alterado na perspectiva de conhecer este acervo de fichas de diversos alunos que indicavam que mereciam controle e vigilância permanentes dos inspetores face às práticas indesejadas ao período repressivo.

Na referida dissertação o autor afirma que gostaria que mais pesquisadores se interessassem a investigar os movimentos estudantis, não somente no CEFET/RJ como em outras instituições.

O arquivo escolar guarda documentos que são produzidos, recebidos e acumulados em decorrência do exercício das atividades desenvolvidas na administração da instituição de ensino, públicas ou privadas, sejam de quaisquer suportes de informação ou natureza dos documentos; possuem funções diversas e informações de grande relevância sobre a trajetória dos alunos, professores e funcionários, além de armazenarem documentos preciosos que retratam as atividades educativas, relacionadas às práticas pedagógicas cotidianas, sendo, portanto, um lugar de guarda e produção de memória escolar, cabendo à Instituição Escolar a missão de preservação deste acervo documental, por exigência legal.

Além dos documentos de valor probatório, os arquivos escolares detêm registros de grande valor informativo para a administração pública, demonstrando o exercício de responsabilidade estatal de educação, além de suprir cidadãos comuns como fonte de pesquisa, tanto para indagações da sociedade quanto individuais.

A relevância desta pesquisa é voltada para a expansão do conhecimento acadêmico acerca dos arquivos escolares, tendo em vista que esta temática ainda é pouco abordada, mas representa um assunto de grande importância para a Arquivologia enquanto campo científico. Nesse sentido, podemos sinalizar que a efetivação de políticas públicas arquivísticas produziria programas de gestão de documentos que resultariam em atividades de avaliação, eliminação e recolhimento efetuados com maior assertividade, fundamental para o acesso à informação.

Com este trabalho, permeado pela ideia de que os arquivos escolares são mais que lugares de guarda de documentação, ligados não apenas à sua atividade meio, no que tange às tarefas administrativas para o cumprimento de suas obrigações financeiras e fiscais, mas também à sua atividade fim, que são os processos de ensino e aprendizagem, que possuem uma abrangência muito maior quando se trata dos aspectos de investigação da cultura escolar, temos como principal objetivo apresentar e refletir sobre o arquivo escolar do CEFET/RJ como espaço de memória que guarda não só a história da instituição, mas dos sujeitos e suas práticas.

Em razão de visualizarmos o arquivo escolar como um ambiente de guarda de registros documentais de caráter probatório, testemunhal, histórico e informativo, entendemos que este registro deve ser acessível para cumprir sua função.

Entendemos que a organização dos arquivos escolares e a preservação de seus documentos necessitam receber tratamento diferenciado e adequado às suas características, visto que a ausência de organização e conferência da documentação escolar do aluno poderá desencadear ocorrências de graves prejuízos na vida dos educandos, resultando na perda de credibilidade da escola e danos à integridade do conjunto documental e sigilo das informações.

É necessária a implantação de políticas públicas que visem atender, dentre outras necessidades sociais, a questão do acesso à informação que é prejudicada face à acumulação desordenada e na falta de recolhimento às instituições de custódia, fato este, observado por Borba (2017) no acervo pesquisado no CEFET/RJ, que nos instiga a investigá-lo. A carência dessas políticas públicas faz com que documentos considerados de “valor histórico” sejam acumulados sem os devidos critérios e/ou se percam.

Difundir o conhecimento dos arquivos escolares como fonte de informação, pesquisa e resgate de memória ajuda na divulgação destes arquivos e proporciona reflexões acerca de diversas possibilidades para a sociedade e a comunidade escolar.

O direito à informação não se trata de uma questão restrita à cidadania, desta forma, o Estado tem o dever de zelar pela preservação e pelo acesso dos conjuntos documentais que estão sob sua guarda.

Jardim (1999, p. 22) apresenta um questionamento quanto a esta função do Estado quando afirma que “no geral, as instituições arquivísticas públicas brasileiras apresentam características comuns no que se refere à sua atuação” e ignoram a gestão de documentos correntes e intermediários

Trata-se de organizações voltadas quase exclusivamente para a guarda e acesso de documentos considerados, sem parâmetros científicos, como de “valor histórico” (presumivelmente documentos permanentes), ignorando a gestão de documentos correntes e intermediários produzidos pela administração pública. (JARDIM, 1999, p.22)

Ao ignorarem a interação necessária à prática da gestão documental, onde as fases corrente e intermediárias não se integram à fase permanente, as instituições perdem em organização administrativa tornando-se desvinculadas do processo político decisório governamental.

A instituição escolar é um lugar de guarda temporária de memória administrativa

e pedagógica da escola, devendo para isso abraçar a missão de preservar o acervo documental que geram. Esses registros produzidos, recebidos e acumulados devem ser organizados e preservados, a fim de facilitar o acesso e a recuperação da informação. Os registros documentais escolares contribuem para a história da instituição e garantem direitos dos funcionários e da vida escolar dos alunos.

Medeiros (2004) apresenta o arquivo como

Conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos (MEDEIROS, 2004, p. 1).

Essa documentação precisa ser organizada e preservada, devendo ser mantida a sua proveniência e sua ordem original. Para Bellotto (2006) o Princípio da Proveniência “consiste em deixar agrupados, sem misturar a outros, os arquivos (documentos de qualquer natureza), provenientes de uma administração [...]”, isto significa, “não mesclar documentos de fundos diferentes”.

A propósito, Bellotto (2006) afirma que este princípio desdobra-se em dois

o primeiro é o Princípio de Respeito aos Fundos, significando que o arranjo dos documentos não pode se desvincular do lugar de onde vieram. O segundo princípio é o relativo à Ordem Original que tinham os documentos quando da primeira e da segunda idades. (BELLOTTO, 2006, p.131)

Em relação à organização dos documentos, ela deve estar fundamentada na estrutura e função da própria instituição escolar – dessa maneira, esses documentos provenientes de uma mesma entidade produtora, cujas funções e atividades estarão retratadas, disporá no seu arranjo e descrição do acervo.

Feijó (1998, p.13) define que documentação escolar é “o conjunto de documentos contendo informações sobre a vida escolar da organização como do indivíduo”. Esses arquivos contêm documentos referentes às atividades administrativas das escolas, dos estudantes e dos funcionários, e constituem uma variedade de espécies documentais. Os registros documentais das escolas são imprescindíveis nos processos administrativos e educativos da instituição

A partir desses dados encontrados nos arquivos escolares que se tomam decisões no âmbito escolar como uma aposentadoria de um professor ou a aprovação/reprovação de um estudante ou a verificação da efetivação ou não do processo de ensino e aprendizagem. (REIS; REIS, 2017, p.480)

Gomes (2017, p.1) convida órgãos competentes e a sociedade civil para “uma reflexão mais consistente acerca do que vem sendo discutido no âmbito da instituição

Arquivo e Escola, considerando estes espaços fundamentais para a tessitura do conhecimento”.

Nesse sentido, escolhemos aprofundar os estudos de Borba (2017), buscando conhecer no âmbito Arquivo e Escola, a instituição CEFET/RJ, sua história, particularidades e curiosidades, e, mergulhar na memória guardada em seus arquivos.

Pierre Nora (1993) cunhou o termo “lugares de memória” que passou a ser amplamente difundido e debatido pela Arquivologia e em outras disciplinas científicas. Este conceito apresenta um distanciamento entre a memória e o vestígio (atribuído aos acervos documentais). O autor considera que os lugares de memória existem porque a memória não existe mais, ou seja, “há locais de memória porque não há mais meios de memória” (NORA, 1993, p. 7)

Aproximando a temática da memória ao contexto dos acervos arquivísticos, nos referimos comumente aos arquivos de terceira idade (ou seja, os arquivos permanentes), utilizamos a visão de Jardim (1995) no tocante à destinação destes documentos, pelas atividades de avaliação, que se baseia em um possível interesse de pesquisadores sobre a documentação arquivística que após perder sua finalidade administrativa, legal ou informativa, passa a ser visualizada como um dado arqueologizado e raramente como processo e construção sociais, confundindo-se “memória com o próprio arquivo a ser preservado.” (JARDIM, 1995, p. 1,5).

Constituindo os arquivos permanentes, estes documentos têm sua guarda pelas instituições arquivísticas públicas justificadas em dois aspectos. De um lado em função do uso desses documentos para a pesquisa científica e, de outro, como fator de testemunho das ações do Estado e garantia de direitos dos cidadãos. Com frequência, estas práticas buscam legitimar-se no discurso da preservação do patrimônio histórico de democratização da memória nacional. (JARDIM, 1995, p.3)

Halbwachs (1950) resgata o tema da memória no campo das interações sociais quando afirma que o homem tece sua memória a partir das diversas formas que interagem entre si, fazendo com que as lembranças sejam reiteradas no seio da família, tanto como os trabalhadores partilham lembranças em seus ambientes de trabalho.

Como os indivíduos se encontram em diferentes relações sociais, as diferenças individuais expressam o resultado da trajetória que cada um vivencia. A memória individual revela apenas as interações sociais de cada indivíduo, mas, se a memória é constituída por experiências individuais e os indivíduos interagem socialmente em grupos, o grande mérito de Halbwachs está no fato de que não se pode distanciar as memórias individuais das coletivas (sendo coletiva porque mesmo que esse indivíduo

esteja só, ele é fruto das interações sociais).

Pollak (1989) se utiliza do posicionamento de Halbwachs (1950) ao afirmar que a memória individual se insere na memória da coletividade sendo passível de uma multiplicidade de interpretações: apesar de um evento precisar de apenas um indivíduo, para lembrar são necessários outros. Os elementos que constituem a memória: acontecimentos, personagens e lugares, as pessoas envolvidas na memória podem ou não tê-la vivenciado, pois pode ser herdada, através de ‘fenômenos de projeção’ ou transferência que ocorrem quando um acontecimento é tão impactante que afeta pessoas não envolvidas diretamente: “memória comum reforça a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva do grupo”. (POLLAK, 1989, p.3)

Trouxemos os pensamentos dos autores José Maria Jardim (1995, 2006), José Enrique Saraiva (2006), Roosevelt Brasil Queiróz e Luiz Antônio Cunha (2014), para discutir o papel das políticas públicas no âmbito escolar e sua relação com as políticas de memória que envolvem o contexto de poder e acesso à informação sobre os arquivos no período da ditadura civil-militar brasileira.

O termo política pública, de acordo com Saraiva (2006), esclarece,

Com uma perspectiva mais operacional, poderíamos dizer que ela é um sistema de decisões públicas que visa a ações ou **omissões, preventivas ou corretivas**, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos. (SARAIVA, 2006, p.29, grifo nosso)

No sentido das omissões preventivas ou corretivas é que discutimos o cenário da “importância social e que os autores nela interessados possuam poder de barganha política suficiente para que seja inserido na agenda de prioridades de um determinado governo ou instituição que fomente políticas públicas” (QUEIROZ, 2007, p.70).

Acreditamos que a importância social da preservação e acesso aos arquivos é inegável e sob estes aspectos, defenderemos a efetivação da gestão de documentos nas instituições escolares, com vistas ao seu efetivo recolhimento à instituição arquivística.

Com base nos conceitos do Conselho Nacional de Educação e da legislação brasileira, em especial a Lei 8.159/1991 – Lei de Arquivos e na Lei 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI), visto que a educação é uma função básica do Estado, investigaremos se os registros documentais escolares recebem os cuidados preconizados pela legislação e pela Arquivologia.

A metodologia do trabalho consistiu em pesquisa bibliográfica, fundamental para a constituição do arcabouço teórico. A revisão de literatura realizada no âmbito da

Arquivologia mostrou-se importante para que pudéssemos traçar um estudo do campo empírico – o arquivo escolar – na sua utilização e destinação.

Buscando compreender a dinâmica do arquivo escolar como um lugar de guarda de memória e fonte de pesquisa, contamos com a pesquisa exploratória realizada por meio de visita à Seção de Documentação/ Setor de Arquivo Central do CEFET/RJ que guarda o acervo da instituição, a fim de compreender o tratamento arquivístico conferido ao seu arquivo escolar.

O presente trabalho foi dividido em quatro capítulos, ficando assim estruturados:

O primeiro capítulo apresenta o CEFET/RJ, contando a história da instituição e do seu arquivo como espaço revelador de memórias.

O segundo capítulo foi destinado a tecer reflexões da Educação no Brasil durante o período de maior inflexão de autoritarismo da ditadura civil-militar no país.

No terceiro capítulo apresentamos as definições e interpretações acerca do conceito de arquivo, arquivo escolar e buscamos relacioná-los como reveladores de culturas e como espaços de memória.

No quarto capítulo discutimos o papel das políticas arquivísticas, sendo competência do Poder Público, a gestão da documentação e os retrocessos que envolvem o acesso às informações públicas. Apresentamos ainda, alguns aspectos legais sobre educação concernentes com os fazeres arquivísticos no arquivo escolar.

1. APRESENTANDO O CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA – CEFET/RJ

1.1. A HISTÓRIA DO CEFET/RJ

O CEFET-RJ é uma instituição federal de ensino que se identifica como um espaço de formação humana, científica e tecnológica, considerada a primeira escola fundada para formar professores voltados ao ensino profissional (CARDOSO, 2000); vinculada ao Ministério da Educação, se dispõe a oferecer ensino médio, cursos técnicos e superiores, considerados de excelência, principalmente entre empresas e técnicos.

A história de sua sede que se situa no bairro do Maracanã, na cidade do Rio de Janeiro, tem início em 1917 com a inauguração da Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Brás criada pela Prefeitura Municipal do Distrito Federal, com intuito de formar mestres, contramestres e professores de trabalhos manuais para escolas primárias. Em 1919 a mesma foi repassada ao Governo Federal e integrada à rede de Escolas de Aprendizes Artífices criada em 1909. Em 1942 transformou-se em Escola Técnica Nacional, referência em ensino industrial na rede federal, que oferecia, gratuitamente, cursos industriais e de mestria de 1º ciclo (ginásios industriais) e cursos técnicos pedagógicos de 2º ciclo (BRANDÃO, 2009; SILVEIRA, 2010). Posteriormente ocorre a transformação em Escola Técnica Federal da Guanabara, sendo inaugurado o primeiro curso superior na instituição, graças a um convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em 1978, por meio da Lei 6545/1978, foi transformada em Centro Federal de Educação elevada ao status de instituição de ensino superior marcando um modelo de formação profissional pautado na expansão dos Cursos Superiores de Tecnologia, que tinham duração reduzida e formavam tecnólogos (BRANDÃO, 2009). O CEFET-RJ é vinculado, como autarquia de regime especial, ao Ministério da Educação e Cultura, oferecendo cursos de graduação e pós-graduação, atividades de extensão e realização de pesquisas na área tecnológica, visando contribuir para o desenvolvimento econômico e social do estado.

Na unidade sede encontra-se a administração superior que tem como órgão executivo a Diretoria Geral e como órgão deliberativo, o Conselho Diretor.

No Brasil, os Centros de Educação Tecnológica representam a evolução da instituição educacional responsável pelo desenvolvimento do processo de industrialização do país durante o século XX.

Criado originalmente com a incumbência de formar professores, mestres e contramestres para o ensino profissionalizante, ao passar para a jurisdição do governo federal, recebem a função de formar profissionais de todos os ramos e graus.

O CEFET-RJ tem o compromisso de contribuir no desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro e da Região. Se reafirma como uma instituição pública comprometida com a formação de quadros para diversos setores que contribuam com a produção de bens e serviços no país.

Desde a expansão da rede federal de ensino técnico e tecnológico, a instituição conta com o câmpus sede Maracanã – câmpus escolhido para esse estudo – e mais seis *campi* espalhados pelo estado do Rio de Janeiro, que são: Angra dos Reis, Itaguaí, Maria da Graça, Nova Friburgo, Petrópolis e Valença.

1.2. AS INSTALAÇÕES DA SEÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO/SETOR DE ARQUIVO CENTRAL

Ressaltamos aqui que, em cada uma dessas unidades existem espaços destinados ao arquivo, ligados diretamente à Direção Geral e geridos por um profissional arquivista com responsabilidade pelos arquivos corrente e intermediário da unidade, sendo a documentação permanente recolhida à Seção de Documentação/Setor de Arquivo Central, foco de nosso estudo, localizado na unidade Maracanã. De modo geral, as instalações encontram-se em boas condições, limpas e arejadas, onde podemos observar que são mantidos controles de umidade, luminosidade e temperatura que visam a conservação e prevenção dos acervos. A unidade Maracanã conta com quatro profissionais, sendo: dois arquivistas, um técnico em arquivo e um técnico de contabilidade que por questões administrativas presta serviço no setor de arquivos.

Toda documentação textual produzida ao longo de sua história vem sendo identificada, organizada e catalogada de forma a pensar na perspectiva orgânica; mantidas em caixas de arquivo poliondas, acondicionados em excelentes módulos de prateleiras de arquivo deslizantes.

1.3. GERENCIAMENTO DO ARQUIVO

O acervo do CEFET/RJ é constituído de rica documentação que data desde o

início de suas atividades com a criação da Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, em 1917, até os dias atuais. Essa documentação registra diversas etapas da história da instituição contendo documentação de origem acadêmica e administrativa, estando organizada em cinco fundos com os seguintes períodos cronológicos: Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz (1918-1937), Escola Técnica Nacional (1942-1965), Escola Técnica Federal da Guanabara (1965-1967), Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca (1967-1978), Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (1978-dias atuais).

Os arquivos escolares são considerados fontes primárias para a história da educação do Brasil, e na Seção de Documentação/Setor de Arquivo Central do CEFET/RJ percebe-se, ainda, uma carência no tocante ao tratamento da documentação. Acondicionando uma vasta documentação de alunos, uma coleção de mais de 4 mil fotografias, fitas de vídeo e outras mídias, material informativo como jornais e boletins, peças de mobiliário fabricadas na instituição em sua primeira fase de atividade (1918-1937), trabalhos de alunos tais como vasos de cerâmica, peças de bordado e costura, máquinas de datilografia que data aproximadamente de 1940 e ainda algumas peças usadas nas aulas de laboratórios como balanças e instrumentos de medidas elétricas, uniformes de alunos, bandeiras e flâmulas.

Em 2006 foi criado o Centro de Memória do CEFET/RJ através da Portaria nº 008 de 5 de janeiro de 2006 que se tratava de uma iniciativa da direção geral com intensão de manter um grupo orgânico em torno do resgate, da preservação e da divulgação da memória. Infelizmente o Centro de Memória só manteve suas atividades até agosto do ano de 2007 e hoje, temos a triste realidade de que essas peças, de valor incalculáveis estão no esquecimento de alguma prateleira no interior de armários ou em qualquer canto das instalações, recostados às paredes.

Anteriormente à década de 1990 o arquivo não era voltado para a preservação da documentação da escola; funcionava apenas para alimentar informações referentes ao corpo discente. Ocorriam ali, o descarte de documentação textual, objetos e livros com o objetivo de esvaziar o arquivo, ocasionando perdas irreparáveis de documentação histórica e administrativa.

Atualmente, ainda que exista a preocupação com a preservação e conservação desses documentos, observamos um grande distanciamento entre as atividades desenvolvidas na Seção de Documentação/Setor de Arquivo Central no tocante à gestão de documentos:

Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente. (BRASIL, 1991)

Na visita que fizemos ao CEFET/RJ, tivemos a oportunidade de conhecer a realidade em torno das operações técnicas utilizadas. As três fases básicas da gestão de documentos: a produção, a utilização e a destinação (PAES, 2004, p.53) são procedimentos empregados em todas as unidades de arquivo dos sete campi.

Mesmo dispondo de instrumentos de gestão como o Código de Classificação de Documentos, Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às atividades-meio da Administração Pública do CONARQ e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativo às atividades fim das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, os procedimentos de classificação de documentos não é uma atividade empregada nas unidades de arquivo correntes dos campi. Com o suporte de profissionais do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, a Seção de Documentação/Setor de Arquivo Central ofereceu treinamento a dezoito profissionais de diversos setores do CEFET/RJ, capacitando-os às técnicas e procedimentos da função classificação, objetivando com isso, a implantação desse serviço nas unidades de arquivo de todos os campi.

O processo de classificação é efetuado pela equipe da Seção de Documentação/Setor de Arquivo Central no momento da recepção da transferência da massa documental acumulada de cada unidade de arquivo.

As funções de análise, avaliação, seleção e eliminação dos documentos, que consiste em estabelecer o prazo de vida dos documentos, de acordo com seus valores probatório ou informativo (PAES, 2004, p.105) é responsabilidade dos cinco servidores lotados no setor e seguem as regras e normas arquivísticas.

Como a eliminação não pode ser feita de maneira indiscriminadamente (PAES, 2004, p.105) os estudos para a determinação da caducidade são feitos por comissão idônea denominada Comissão de Análise de Documentos constituída por membros efetivos e eventuais. No caso do CEFET/RJ, fazem parte da comissão: o arquivista responsável pela Seção de Documentação/Setor de Arquivo Central, quatro arquivistas das unidades Maria da Graça, Petrópolis, Nova Friburgo e Itaguaí, um professor de história representando o ensino médio, técnico e superior, um servidor do setor de arquivo representando o nível médio técnico e um servidor técnico em contabilidade representando o setor financeiro.

A aplicação dos critérios de seleção deve basear-se no bom senso e na prudência. Uma vez determinada a eliminação de documentos a Seção de Documentação/Setor de Arquivo Central adota todos os procedimentos operacionais arquivísticos.

Na documentação de guarda permanente, a fase de ordenação dos documentos em fundos, por sua importância dentro do arquivo, é desempenhada pela equipe de arquivistas do setor. As atividades de descrição e publicação são essenciais para a elaboração de instrumentos de pesquisa, que consiste na localização dos documentos no acervo, na intenção de “orientar os usuários nas diversas modalidades de abordagem a um acervo documental” (MIGUÉIS, 1976, p. 7 apud PAES 2004, p. 126). Os instrumentos de pesquisa cumprem a obrigação de divulgar o conteúdo e as características dos documentos do acervo.

A falta de instrumentos de pesquisa, como guias, catálogos, índices, inventários, entre outros produzidos acerca da documentação depositada nas suas dependências, ocasiona perda de informações.

1.4. EMPRÉSTIMOS E CONSULTAS

De fato, a busca da documentação deve ser feita pelo profissional arquivista lotado nesta unidade diretamente nas planilhas/prateleiras. Isso acaba por revelar que quando da solicitação de um usuário, consulente, historiador, o trabalho deverá ser realizado pelo próprio arquivista, antecipadamente.

O grande impacto causado por essa administração é que, na maior parte das situações, essa documentação permanecerá no silêncio desses mesmos arquivos até a chegada de um novo pesquisador.

Os consulentes da Seção de Documentação/Setor de Arquivo Central não são apenas do âmbito interno do CEFET/RJ. A direção, professores e os estudantes são usuários constantes, pois demandam consulta de documentos comprobatórios, entre eles, histórico, diplomas e comprovação de vínculos empregatícios ou acadêmicos; entretanto, sua vasta documentação encontra-se franqueada para pesquisadores, historiadores e demais interessados.

Vasculhando esses arquivos, com a supervisão e parceria dos profissionais arquivistas, fica transparente que podemos recuperar documentos que nos remetem ao funcionamento da instituição de ensino e de sua cultura escolar. O processo de

investigação, mesmo tendo sido breve, tornou-se bastante revelador quanto à variedade de fontes documentais. Podemos identificar material de diferentes naturezas, de caráter histórico, administrativo e pedagógico.

Nesse aspecto, pode-se dizer que no CEFET/RJ, como aponta Mogarro (2005), os fundos são constituídos por documentos, geralmente em suporte de papel, organizados em livros, dossies e avulsos, produzidos pelos atores educativos e pela própria instituição, no que tange às atividades cotidianas.

2. A EDUCAÇÃO NO BRASIL E A DITADURA CIVIL-MILITAR: REFLEXÕES

Os “anos de chumbo”³(entre 1968-1974) foi um período marcado pelo endurecimento do regime civil-militar marcado pela tentativa de reconstrução de ideais de nacionalidade e patriotismo. A Lei 5.692 de 1971 que fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências, consolida a reforma do ensino básico, construiu uma identidade nacional de acordo com os interesses do Estado ao implementar figuras como “ídeos e heróis”, e estabelece o modelo de ensino em que os conflitos são excluídos.

Segundo Julia (2001), a cultura escolar pode ser entendida como um conjunto de normas e valores que permeiam as práticas de transmissão de conhecimentos e incorporação de conhecimentos. Nesse sentido, buscamos apresentar como a cultura organizacional escolar foi formada durante o regime civil-militar; como os conhecimentos e condutas foram moldados no meio do ensino e do cotidiano escolar e como os atores lidavam com esses processos.

O comportamento individual, de cada ator envolvido nesses processos remete aos conceitos que embasam os posicionamentos de Pollak (1989) quando trata sobre memória coletiva; o autor afirma que a força dos diferentes pontos de referências estrutura nossa memória e faz com que essa memória individual se insira na memória da coletividade.

Durante o período da ditadura civil-militar, a construção de memórias coletivas se tornou um espaço de disputas, onde se buscava difundir um ideal de pertencimento, em que se levava em conta os valores diferenciados pelos grupos que dominavam o poder.

Os fenômenos como a ditadura civil-militar e os episódios da Segunda Guerra Mundial demonstram uma dicotomia entre as memórias que os grupos dominantes querem transmitir e as memórias que os grupos chamados “subversivos” apresentam em seu interior. Pollak (1989) se refere à Segunda Guerra Mundial como um período de memória “proibida” e, portanto, “clandestina”.

A educação brasileira sofreu rupturas e transformações por tendências

³Anos de chumbo é o nome dado ao período que vai da edição do AI-5, durante o governo de Costa e Silva até o final do Governo Médici, considerado o mais violento de todo o regime militar.
www.infoescola.com/historia/anos-de-chumbo/<Acesso em 30/06/2019>

pedagógicas, em especial de cunho ideológico, pelas quais passou o sistema educativo no Brasil, por meio do Estado, a partir da década de 1960. Essas mudanças ocorrem em decorrência da disputa entre sujeitos que viam a escolarização e o ensino como instrumento capaz de transformar ou legitimizar o sistema político-social. No Brasil, os caminhos da educação sempre foram traçados e diretamente interligados com as conjunturas econômica, política e ideológica e com as relações de poder que fazem do ensino formal, uma ferramenta de difusão de ideologias por ser compreendida como uma forma de alcançar objetivos políticos e econômicos.

No período que antecede o golpe civil-militar de 1964, o Brasil vivenciava momentos de agitação social e política decorrente de desigualdades geradas pela crise econômica, caracterizada por alta inflação e agravada por ações desenvolvimentistas do governo de Juscelino Kubitschek. Logo após o golpe de 1964 o governo implanta um projeto de gestão em busca de um modelo econômico moderno, industrial, capaz de superar a predominância agrária, vivenciada no país.

O Estado se apóia em leis, decretos e atos institucionais para explicitar o seu projeto e torná-lo legítimo aos olhos da sociedade, buscando convencê-la, por meio de mídias impressas, televisivas, radiofônicas e principalmente através do processo de escolarização.

A educação passa por diversas reformas com objetivos de tornar o ensino técnico, profissionalizante, com a finalidade de produzir mão-de-obra qualificada para atuar nas indústrias que se desenvolviam.

A década de 1960 foi um período de luta pela ampliação ao acesso à educação. Buscava-se a construção de uma sociedade democrática através da educação; o número de universidades aumentou, algumas dessas instituições passaram por processos de federalização ocasionando um aumento do número de vagas e cursos oferecidos.

Para Siqueira (2011), o surgimento dessas instituições e a criação de novos cursos causaram o aumento do número de estudantes universitários, fortalecendo, assim, as organizações estudantis. O autor destaca a participação da UNE neste momento:

A União Nacional dos Estudantes (UNE) participava com grande destaque não só da vida política nacional como também da instensa efervescência cultural da época, produzindo e difundindo obras na área teatral, cinematográfica e musical. (SIQUEIRA, 2011, p. 315)

Tais manifestações eram contrárias ao cerciamento das liberdades promovidas pelos Atos Institucionais (AI's), o que não impediu que o Estado efetivasse as reformas do ensino de acordo com os interesses econômicos da época, que visava a educação

como capital humano, criando sujeitos instruídos, treinados e educados para o crescimento da capacidade produtiva.

Portanto, os projetos de popularização da educação e de estímulo à cultura eram reprimidos dentro e fora dos ambientes escolares. Programas de educação de adultos e movimentos universitários foram contidos, principalmente após o decreto do Ato Institucional nº 5 (AI-5)⁴ que ocasionou maior controle estatal sobre os meios de comunicação e maior vigilância sobre a sociedade civil, o que endureceu radicalmente o regime, que passou a atuar de modo ainda mais repressivo e autoritário.

Com maior controle sobre as instituições de ensino e meios de comunicação, na tentativa de estabelecer maior controle ideológico sobre os indivíduos, ocorreram reformas na educação de acordo com as demandas econômicas da nova sociedade urbano-industrial que necessitava de modernização tecnológica e científica. Essas reformas educacionais tinham como propósito não só a racionalização da educação como também imprimir a vontade de verdade dos discursos proferidos pelo Estado.

O Brasil passava por um processo de radicalização política em razão das reformas propostas, pela repressão e pelo autoritarismo vigente. Nesse período, dirigentes sindicais, intelectuais e políticos foram presos; entidades fechadas e suas atividades proibidas (SIQUEIRA, 2011, p. 315), incluindo a UNE e todas as demais organizações estudantis do país.

Com a extinção da UNE, a proibição de greves e atividades políticas de entidades estudantis e a perseguição de pessoas associadas aos movimentos progressistas de esquerda, Siqueira (2011) acredita que este movimento foi propício para a formação de uma nova geração:

Porém, mesmo com o fechamento das entidades estudantis, as atividades políticas dos estudantes nas universidades continuaram de modo intenso. Se as lideranças, em primeiro momento, foram perseguidas e tiveram que se afastar, o mesmo não aconteceu com a base do movimento estudantil, que nesse instante foi poupada, propiciando a formação de uma nova geração e o surgimento de outros líderes. (SIQUEIRA, 2011, p. 315)

Os “anos de chumbo” foram os mais difíceis para a educação. Foi o período de maior repressão e predomínio da política ditatorial, quando o discurso patriótico de cunho nacionalista representava uma forte contradição com as condições sociais da população brasileira.

Diante desse cenário político efervescente, de intensa repressão ideológica,

⁴ O AI-5 previa a suspensão dos poderes legislativos, a perda de direitos políticos e garantias institucionais dos indivíduos e a permissão para intervenção da União nos estados e municípios

buscamos, neste momento, apresentar o perfil dos estudantes desse espaço educativo – CEFET/RJ, durante este período do regime de exceção.

A comunidade estudantil do CEFET/RJ era composta por uma grande variedade de discentes, de diferentes padrões econômicos. Apesar de a maioria dos discentes pertencerem às classes mais humildes (moradores do subúrbio, periferias e favelas), podíamos encontrar também, alunos mais abastados, da classe média carioca que desejavam ingressar rapidamente no mercado de trabalho.

Essa diversidade de composição do público escolar deveu-se ao grande número de vagas oferecidas na instituição. Entre 1968 e 1974 houve um aumento de 640 vagas para novos alunos, para 880 novas vagas.

Apesar da variedade de identidades e trajetórias estudantis (BORBA; LOPES, 2017), nos estudos sobre os discentes do CEFET/RJ durante os anos de autoritarismo, identifica-se apenas uma única entidade estudantil até o ano de 1969: a Agremiação Estudantil Técnico-Industrial (AETI), que através de atividades esportivas, teatrais, musicais e culturais variadas, procurava congregar estudantes, mesmo os que não se envolviam em eventos com conotação político-partidárias.

As pesquisas de Borba (2017) apontam que a gestão do AETI, em 1967, dinamizava ações de mobilização e conscientização entre os alunos através da encenação de peças, exibição de filmes, uso do jornal e rádio comunitária da Agremiação para difundir informações que não eram acessadas pela mídia oficial devido à censura. Mesmo após o fim da AETI em 1969, em virtude do AI-5, o corpo estudantil ainda organizava eventos, feiras e exposições, alguns com o aval da direção da escola.

Assim, Borba (2017), conclui que, mesmo a instituição estando inserida em uma paisagem de tensões e embates, havia a tentativa de apartar seus atores sociais das experiências que eram vividas fora do ambiente escolar da realidade vivenciada dentro dos muros da escola.

Entendemos que essas narrativas estejam relacionadas com o projeto pedagógico vigente no determinado período, pois é o documento que explicita a identidade da instituição de ensino no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolvem ou venham a desenvolver (SILVEIRA, 2004).

Ressaltamos que juntamente com o AI-5, o Decreto-Lei nº 477 de 26 de

fevereiro de 1969, foi utilizado como meio regulador sobre as ações dos alunos, professores, funcionários e empregados das instituições de ensino. De acordo com tal decreto, as infrações disciplinares cometidas eram punidas com demissão e proibição de novas nomeações no caso de professores e funcionários/empregados; desligamento, proibição de se matricular em qualquer outra instituição de ensino pelo prazo de três anos no caso dos alunos; e ainda, a perda da bolsa e qualquer ajuda do Poder Público ao beneficiário, no caso de bolsista. Se o bolsista fosse estrangeiro, o mesmo deveria ser retirado do território nacional imediatamente.

Diante do exposto, inferimos que existia uma estreita ligação entre as instituições escolares e as relações de poder. A instituição se estabelece de acordo com a consolidação de mecanismos de repetição e da supressão dos seus antagonismos internos, em busca do equilíbrio de forças necessárias à sua reprodução e perpetuação (OLIVEIRA; ORRICO, 2009, p.118). Essas relações entre a instituição e o Estado são, por vezes, antagônicas e contraditórias.

Baseado em Foucault (2004), Oliveira e Orrico articulam as diferentes formas de poder do Estado, ligadas a ele de várias maneiras e indispensáveis à sua sustentação e eficácia: “as relações entre poderes definem o que será lembrado e o que deverá ser esquecido, a transformação e a naturalização do instituinte em instituído” (p.125).

Gondar (2016) apresenta proposições de memória social afirmando que trata-se de um conceito em constante construção. Tomamos o aspecto narrado pela autora considerado como eminentemente ético e político (p.23): ao nos posicionarmos sobre o conceito de memória que produzimos no presente, devemos ter os olhos num determinado futuro que almejamos (p.25).

Há sempre uma concepção de memória social implicada na escolha do que conservar e do que interrogar. Há nessa escolha uma aposta, um penhor, uma intencionalidade quanto ao porvir. Tanto quanto o ato de recordar, nossa perspectiva conceitual põe em jogo um futuro: ela desenha um mundo possível, a vida que se quer viver e aquilo que se quer lembrar. (GONDAR, 2016, p. 25)

Dessa forma, mesmo que re(construída) a partir de indivíduos, a memória sempre nos remete a uma dimensão coletiva e social, por extensão, institucional (OLIVEIRA; ORRICO, p. 122). Diante da lógica impetrada pelo regime autoritário vigente no país, apesar de todas as manifestações que ocorreram no mundo inteiro e que também repercutiram no Brasil, a luta dos estudantes apoiados pelas elites intelectuais e artísticas do país, essa realidade não pôde ser observada dentro do CEFET/RJ. O movimento deflagrado no interior da instituição tornou-se asfixiado por dispositivos de

poder que atuavam dentro da escola de forma capilarizada e discreta (BORBA; LOPES, 2017), neutralizando os interesses e a articulação estudantil para as questões políticas, deixando os jovens mais preocupados com a sua formação para a “ciência da indústria” do que com questões ideológicas (p.1968).

3. ARQUIVOS ESCOLARES, CULTURAS E MEMÓRIAS

A escola, como instituição essencial para o desenvolvimento da sociedade tem o compromisso de não apenas ensinar conteúdos didáticos, e sim, trazer junto aos seus objetivos, a formação do caráter, valores e princípios morais que direcionará o aluno a utilizar os conhecimentos adquiridos para aplicá-los em favor da sociedade em busca de uma realidade melhor. A gestão escolar deve caminhar de forma integrada, estimulando professores, alunos e comunidade a construir uma educação de qualidade, formando indivíduos autônomos, críticos e reflexivos.

Guzzo (2015), credita às ações da gestão escolar, a importante função de melhorar os resultados da aprendizagem, contando, para isso, com a participação integrada e mobilizada da comunidade.

Diariamente são produzidos na escola diversos tipos de documentos e registros, conforme a exigência administrativa da Instituição, que atendem à burocracia e perpassam o âmbito pedagógico. Além da produção para atender à legislação das ações que envolvem o funcionamento, a organização e o controle das atividades da escola, outros tipos de documentos também são encontrados nos arquivos escolares, como fotografias, jornais produzidos ou não pela própria escola, cadernos de alunos, recortes com matérias de jornais e revistas que se refiram à instituição, bilhetes, etc.

A escola tem papel fundamental na preservação da memória documental dos alunos, produzindo, recebendo, e guardando boa parte da história dos alunos e de outros sujeitos que circulam pela instituição, o que comprova a passagem desses pela instituição, por isso, o cuidado, a preservação e a conservação da documentação salvaguarda a história, desde a entrada até a saída desses sujeitos.

Ou seja, os documentos registram e constituem a cultura material escolar, específica daquela instituição, permanecendo custodiados nos arquivos que testemunham a vida institucional, sua cultura e memória, com todas as particularidades de cada escola que os produziu.

O espaço do arquivo escolar adquire o propósito de armazenar as suas memórias. Os objetos, ali acondicionados, se tornam memórias de forma involuntária, pois o arquivo nasce a partir da necessidade de pessoas, empresas e instituições mostrarem que existem, produzindo e acumulando documentos que comporão seu acervo individual, sobretudo na sociedade atual em que tudo precisa ser comprovado.

Cabe ressaltar a importância da manutenção dos documentos para a construção

da memória da instituição escolar e, em um âmbito maior, da evolução do próprio ensino acadêmico em determinada época. Conforme Couture e Rosseau (1998, p. 34), “a memória assim registrada e conservada constituiu e constitui ainda, a base de toda e qualquer atividade humana: a existência de um grupo social seria impossível sem o registro da memória, ou seja, sem arquivos”.

3.1. OS ARQUIVOS ESCOLARES: DEFINIÇÕES

Historicamente, os arquivos são apresentados em diferentes suportes, desde placas de argila, papiro e papel, até uma grande variedade analítica e digital. Os arquivos, desde sempre, representam a memória das instituições e da sociedade, existindo a partir do momento que o homem teve necessidade de fixar, por escrito, as suas relações como ser social. Portanto, os arquivos surgem quando a escrita começa a estar a serviço da sociedade, condicionando o aparecimento dos primeiros arquivos, de forma que, ao longo da evolução da humanidade, tornou-se necessário conservar os registros produzidos para que pudessem ser utilizados posteriormente.

Face ao desempenho de atividade tão importante, o arquivo é o órgão vital de qualquer instituição, se constituindo em arsenal de informações estratégicas para as organizações. Portanto, o arquivo é considerado peça-chave para entender a evolução das ações administrativas e da memória institucional.

Há várias definições sobre arquivos, desde a valorização da informação registrada nos documentos, destacado por Lopes (2000), definindo:

Acervos compostos por informação orgânicas originais, emitidas em documentos registrados em suporte convencional ou em suportes que permitam a gravação eletrônica, mensurável pela sua ordem binária(bits) produzidos ou percebidos por pessoa física ou jurídica, decorrentes do desenvolvimentos de suas atividades sejam elas de caráter administrativo, técnico, artístico ou científico, independente de suas idades e valores intrínseco. (LOPES, 2000, p. 33)

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), editado pelo Arquivo Nacional, inclui em sua definição, a natureza dos suportes,

[...] conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independente da natureza dos suportes; Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos. (BRASIL, 2005, p.27)

Pelas características observadas nos arquivos escolares, optamos por utilizar o conceito de arquivos mais abrangente, indo além do que se refere à burocracia

apontando para os domínios da cultura ao reconhecer a necessidade de proteção dos documentos não burocráticos, oficiais (BONATO, 2005, p.196), que é apresentado no artigo 2º da Lei 8.159 de 08 de janeiro de 1991 que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências, e diz que arquivo é considerado:

[...] conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos. (BRASIL, 1991).

Portanto, não podemos pensar os arquivos como meros depósitos de papéis velhos, sem importância e descartáveis, mas sim como de grande valor informacional, que contém memórias culturais, de ordem histórica, jurídica ou mesmo administrativa. Neste contexto, o arquivo apresenta valores imensuráveis, por dar continuidade à estrutura social no âmbito coletivo, que se forma com os registros, seja de papel ou quaisquer outros suportes.

Com base nas definições de arquivo, podemos afirmar que existem vários tipos de arquivos que irão atender a determinados objetivos ou necessidades das entidades produtoras. De acordo com as entidades criadoras ou mantenedoras, Paes (2004, p.20) os classifica os arquivos em:

- Públicos: federal, estadual ou municipal;
- Privados: mantidos por instituições privadas;
- Institucionais: escolas, igrejas, sociedades, clubes, associações;
- Comerciais: empresas, corporações, companhias;
- Pessoais: fotos de família, cartas, originais de trabalhos, etc.

Quanto à natureza dos documentos os arquivos podem ser:

- Especiais: guardam documentos de determinados tipos ou suportes;
- Especializados: guardam documentos de determinados assuntos específicos.

Quanto à extensão de sua localização, poder ser classificados como:

- Setoriais: aqueles estabelecidos junto aos órgãos operacionais, cumprindo funções de arquivo corrente;
- Central /geral: que se destinam a receber documentos correntes provenientes dos diversos órgãos e instituições, centralizando, por tanto, as atividades de arquivos correntes.

Pelos estágios de sua evolução, os arquivos podem ser:

- Arquivo corrente: contém documentos frequentemente consultados;

- Arquivo intermediário: contém documentos que aguardam os prazos de prescrição e precaução;
- Arquivo permanente: contém documentos que perderam a vigência, porém são providos de valor secundário ou histórico cultural.

A conceituação é bastante abrangente, perpassando a exigência burocrática e assumindo o domínio geral da cultura, uma vez que abre espaço para o reconhecimento e proteção de arquivos não administrativos, com ampla utilização. Em decorrência da conceituação legal de arquivo, encontramos em Medeiros (2003, p.2) a descrição de arquivo escolar como “um conjunto de documentos produzidos e recebidos por escolas públicas ou privadas, em decorrência do exercício de suas atividades específicas qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos”.

Segundo Medeiros (2003), “os arquivos escolares devem ser objeto de cuidadosa preservação” (p.1), visto que, os arquivos escolares guardam informações sobre a vida escolar dos alunos, dos professores e funcionários, além de armazenarem as atividades educativas, sendo essencial para comprovar a permanência e a história dos envolvidos durante essa experiência acadêmica, importantes como fator histórico relacionados à cultura escolar, auxiliando na construção da identidade escolar..

Tais documentos são utilizados como fonte e objeto de pesquisa. Características intrínsecas acerca dos documentos são levadas em conta ao analisarmos um exemplar especificamente. De acordo com Medeiros:

Ali, nos documentos, estão memórias individual e coletiva da educação. Não toda, é claro. Mas também não só memória, mas memórias: Memória do papel. Memória da tinta. Memória da letra. Memória da pena. Que tinta é aquela? Por certo uma daquelas obtidas com receita, que passou de professor a professor, ou de pai a pai, de aluno a aluno, antes da disseminação da tinta industrial. (MEDEIROS, 2003, p.6)

Em qualquer instituição de ensino, o conjunto de informações arquivísticas produzidas cresce de maneira exponencial a cada dia, tornando-se necessário a regulamentação dos fluxos da informação arquivística, atividade desempenhada por um órgão ou unidade de arquivo. Heredia Herrera (1993, p.121) afirma que os arquivos e informação “são inseparáveis, enquanto os arquivos são formados por documentos e estes são portadores de informação”.

As informações arquivísticas remetem à história cultural da comunidade através das raízes subjetivas no que concerne às definições históricas de cada indivíduo enquanto aluno, encontrando-se guardadas nos arquivos das instituições escolares. Mediante isso, é relevante que se potencialize o olhar arquivístico para a organização e

conservação desse tipo de acervo, desde sua produção até sua destinação final. Bonato (2005) defende uma parceria entre arquivistas, historiadores e “informatas”, visando apresentar propostas de implantação e implementação de critérios de avaliação, recuperação, preservação, conservação, classificação, arranjo e descrição, alegando que

Isso contribuirá para que os documentos importantes para o estudo da história da educação não sejam eliminados; e, também, para minimizar o trabalho do pesquisador na busca dessas fontes. (BONATO, 2005, p.204)

A autora Diana Vidal (2005) defende que os arquivos escolares necessitam de tratamento adequado:

Esses arquivos necessitam, de tratamento adequado, com organização e descarte entendidos como procedimentos complementares, situados dentro de um processo técnico, o que exige o diálogo com arquivistas. Tratando-se da especificidade dos documentos e arquivos escolares, o esforço deve ocorrer no sentido de transformar o arquivo morto em Arquivo Histórico, ou seja, organizado e funcionalmente integrado ao arquivo corrente, discutindo-se e criando-se, no âmbito da instituição educacional, critérios para conservação e descarte, planos de destinação da documentação, elaboração “para além da lógica administrativa” de forma a abranger outros âmbitos que ultrapassem a Secretaria da escola e a norma legal. (VIDAL, 2005, p.22)

Inicialmente, no ano em que o aluno está cursando e durante sua permanência na instituição, os documentos pertinentes a esse aluno devem fazer parte do arquivo corrente, sendo que após os estudos nesta instituição, esses suportes devem ser transferidos ao arquivo intermediário e considerando os que não poderão ser eliminados, recolhidos ao arquivo permanente, constituindo-se em documentos históricos. Nesse contexto, podemos constatar que o arquivo escolar tem seu valor específico para cada etapa da vida do aluno.

Indo além da importância para a vida do aluno, dos profissionais e da comunidade, o acervo depositado nesses locais traz à tona noções e vestígios de como a instituição foi criada, por quem, suas metas e funções, práticas cotidianas, recheado de histórias de vida que o construíram.

3.2. OS ARQUIVOS ESCOLARES ENQUANTO REVELADORES DE CULTURAS

Gomes (2013), ao falar sobre cultura escolar, busca conceitos de Viñao Frago (1995) e Escolano Benitez (2000) que compreendem o tempo e o espaço como “estruturantes da cultura escolar (GOMES, 2013, p. 68), ou seja, “espaço está relacionado à natureza da escola como lugar específico, enquanto o tempo é concebido como diverso e

plural, individual e institucional, condicionante e condicionado por outros tempos sociais” (GOMES, 2013, p. 68 *apud* VIÑAO FRAGO, 1995)

Essa arquitetura espaço temporal está “condicionada e condiciona a dinâmica social e cultural” (GALLEGO; SILVA, 2010, p. 2). Não há neutralidade nos tempos e espaços, e, pensar sobre as marcas temporais e espaciais das escolas fundamenta compreensões sobre os efeitos que eles provocam na formação de alunos e no trabalho dos professores (GALLEGO; SILVA, 2010, p. 3).

Os debates acerca dos arquivos escolares tornaram-se mais frequentes a partir da década de 1990 (GONÇALVES, 2008), estando ligados aos questionamentos impostos pela História Cultural, interessada nas referências apontadas na História da Educação, os documentos deixam de ser vistos como um amontoado de papel e passam a ser tratados com importância pela sociedade, contribuindo em diversos segmentos da História.

A história cultural é definida como “uma história de objetos na sua materialidade, não uma história de práticas nas suas diferenças e sim uma história das configurações dos dispositivos nas suas variações” (CHARTIER, 1998, p.45), apresentando diversas possibilidades para aprofundar os estudos das Instituições Educacionais.

Os registros documentais escolares permitem a reconstituição da cultura material das instituições educativas; são documentos comprobatórios das atividades cotidianas da escola, não para verificação ulterior e sim, na maioria das vezes, para um objetivo imediato, não vislumbrando historicidade.

Viñao Frago (2000), contribui com a demarcação do estudo do espaço e do tempo escolares, para ele, “a cultura escolar pode ser definida como um conjunto de ideias, princípios, critérios, normas e práticas sedimentadas ao longo do tempo nas instituições educativas.

Esses modos de fazer e de pensar – mentalidades, atitudes, rituais, mitos, discursos, ações – amplamente compartilhados, assumidos, não postos em questão e interiorizados, servem a uns e a outros para desempenhar suas tarefas diárias, entender o mundo acadêmico-educativo e fazer frente tanto às mudanças ou reformas como às exigências de outros membros da instituição, de outros grupos e, em especial, dos reformadores, gestores e inspetores. (VIÑAO FRAGO, 2000a, p.100)

Nesse contexto, Gonçalves e Faria Filho (2005) apontam que “espaço e tempo são concebidos, distribuídos e utilizados pelas instituições escolares e pelos sujeitos que tomam parte da vida cotidiana da escola” (p.37), determinando assim, as práticas e os

modos de fazer e pensar da escola.

Considerando que a cultura escolar envolve toda a escola, podemos afirmar que, os modos de “pensar e de atuar” são influenciados tanto por parte do ensino e aprendizagem que acontecem no dia-a-dia da escola, como também fora dela, afetando o sujeito “em sua consciência interior, em todo seu pensamento e atitude, de modo individual, grupal e como espécie em relação com a natureza de que toma parte” (VIÑAO FRAGO, 1995, p.69).

O conceito de cultura escolar defendido pelo referido autor, traz a perspectiva de olhar para o funcionamento interno da escola. A definição de cultura escolar como conjunto de normas e práticas pretende analisar a relação dos professores com as normas postas à obediência, é o que, segundo ele, tem feito a história das disciplinas escolares.

Segundo Gonçalves e Faria Filho (2005) no percurso da história das disciplinas escolares, três eixos são apresentados para entendermos a cultura escolar como objeto histórico: as normas e as finalidades que regem a escola; a profissionalização dos professores e os conteúdos ensinados e as práticas escolares.

No primeiro eixo temos textos reguladores e projetos pedagógicos que oferecem condições de captação do funcionamento real das finalidades atribuídas à escola. No segundo eixo, os critérios utilizados para o recrutamento dos professores, principalmente quanto aos “saberes e *habitus* que foram deles requeridos” demandaria um estudo de longa duração, pois, “somente assim seria possível perceber as heranças e as modificações que se deram no decorrer do tempo” (p. 44).

O último eixo trata dos conteúdos ensinados e das práticas escolares. Julia (2001) parte das proposições de Andre Chervel, por conceber que a história das disciplinas escolares são produtos específicos da escola, sendo “inseparáveis das finalidades educativas e constituem um conjunto complexo que não se reduz aos ensinamentos explícitos e programados” (JULIA 2001, p.38).

Segundo ele, os estudos das disciplinas mostram a relação entre a finalidade do ensino e a prática dos professores não apresentam uma ação de concordância, pelo contrário, “diante das disposições gerais atribuídas pela sociedade à escola, os professores dispõem de uma ampla liberdade de manobra: a escola não é o lugar de rotina e da coação e o professor não é o agente de uma didática que seria imposta de fora” (JULIA, 2001, p. 38).

Para Julia (1995), a cultura escolar deve ser analisada baseando-se nas relações

“conflituosas ou pacíficas” que ela mantém com os períodos históricos levando-se em conta as culturas que lhe são contemporâneas: cultura escolar, cultura política ou cultura popular (p. 10). O autor define a cultura escolar como:

um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). (JULIA, 1995, p. 10)

Na década de 1970, numerosos historiadores enxergavam a escola como “meio inventado pela burguesia para adestrar e normalizar o povo” (JULIA, 1995, p.11), responsável, portanto, “sob o manto de uma igualdade abstrata, que veicula, intactas, as desigualdades herdadas, pela reprodução das heranças culturais e pela reposição do mundo tal qual ele é”.

Este período da história pode ser visto como um tempo conflituoso. Gonçalves e Faria Filho (2005) apresentam o “tempo conflituoso” como um tempo que precisa ser entendido nas dimensões do tempo pensado, ou teórico, “normatizado e prescrito nas leis e regulamentos e do tempo escolar, o tempo que se revela no interior dos acontecimentos da escola” (p.37-38).

Julia (1995) defende que as disciplinas escolares são produtos específicos da escola e que “põe em evidência o caráter eminentemente do sistema escolar”. Estudos têm mostrado que a relação entre a finalidade do ensino e a prática dos professores não tem se pautado apenas numa concordância, bem ao contrário, tais estudos apontam para o fato “diante das disposições gerais atribuídas pela sociedade à escola, os professores dispõem de uma ampla liberdade de manobra: a escola não é o lugar da rotina e da coação e o professor não é o agente da didática que seria imposta de fora” (JULIA, 1995 *apud* GONÇALVES; FARIA FILHO, 2005, p. 45).

Traçando uma análise histórica da cultura escolar, nos remetemos à década de 1960, período de agitação por conta dos acontecimentos da ditadura civil-militar, a escola era vista pelo Estado como meio de adestrar e normalizar o povo.

O historiador Luiz Antonio Cunha, no trabalho intitulado “O legado da ditadura para a educação brasileira”, apresenta dois vetores do legado da ditadura: a simbiose Estado-capital e a regeneração moral do indivíduo e da sociedade. O autor destaca o impacto que a ditadura civil-militar causou, através da repressão ideológica e policial, para as escolas, por meio de políticas educacionais que cerceavam a “liberdade de manobra” dos professores, transformando o espaço da escola em um “lugar de rotina e

coação”.

Utilizamos esses vetores para situarmos as conceituações sobre a cultura escolar, a historicidade das disciplinas e os posicionamentos dos professores no período da ditadura civil militar brasileira, conforme a proposta deste trabalho.

O primeiro vetor, a simbiose Estado-capital constituiu em programas de bolsas de estudos para alunos de baixa renda nas escolas privadas de ensino básico. O outro vetor, a regeneração moral do indivíduo e da sociedade, consiste na atribuição à educação, principalmente à educação pública, de instrumentos para regenerar indivíduos e a própria sociedade, especialmente os valores morais do cristianismo (CUNHA, 2014, p. 357).

A simbiose Estado-capital não foi inventada na ditadura civil militar, mas foi intensificada de modo a combiná-la com os níveis de ensino. As reformas educacionais realizadas durante esse período propiciaram condições para a criação da instituição universitária no Brasil, a expansão do setor privado nos ensinos básico, médio e superior com a oferta de mais vagas e mais verbas para educação. A isenção fiscal das escolas privadas foi ampliada, aumentando a possibilidade de lucro nessas instituições. Os anos do “milagre econômico” proporcionou o crescimento das camadas médias formando uma clientela ávida de escola privada, uma vez que a qualidade do ensino público se deteriorava a cada ano.

Como legado dos acontecimentos do período da ditadura, observamos o aumento da seletividade da educação brasileira, apesar do crescimento do setor público: “educação básica pública para crianças e jovens de mais baixa renda, educação superior pública e gratuita para os de mais alta renda”. (p. 374)

O segundo vetor proposto por Cunha (2014) está ligado às variações de ordem religiosa da cultura escolar no período ditatorial. A ideia de regeneração (nascer de novo) do indivíduo é essencial para o cristianismo, isto é, “o apelo que o próprio Jesus teria feito aos discípulos”. (p. 368).

No início dos anos 1960, a Escola Superior de Guerra disseminava uma corrente ideológica que defendia a inclusão de valores morais e espirituais na formação dos estudantes brasileiros. A ideia implícita era “enfrentar o maior desafio do século” que ameaçava as tradições democráticas e cristãs: “o materialismo marxista” que, juntamente com a “infiltração comunista” foram considerados responsáveis pela “queda dos padrões de comportamento social”. A forma encontrada para “sanear a sociedade” foi a imposição do ensino da Moral e do Civismo, visto como condição indispensável

para o desenvolvimento. (CUNHA, 2014 p. 368, *apud* ARRUDA, 1980, p. 158).

Após o AI-5, através do Decreto-lei nº 869, foi inserida a disciplina Educação Moral e Cívica como obrigatória nos currículos escolares e a disciplina de Estudos de Problemas Brasileiros nas grades universitárias (CUNHA, 2014, p. 369). No ensino de primeiro e segundo graus, a Educação Moral e Cívica era impregnada de cristianismo e pensamento conservador e no ensino superior, os Estudos de Problemas Brasileiros constava de doutrinas de segurança nacional, com visão tecnocrática dos problemas do país, permeada por uma sociologia ingênua. O ensino dessas disciplinas tornou-se emprego recorrente para religiosos e militares (p.371).

De legado para a educação, o vetor da regeneração moral tende a crescer na visão de Cunha (2014) devido ao aumento da instrumentalização religiosa política, mas este vetor pode vir a perder força ou mesmo ser redirecionado pelo crescimento dos movimentos laicos.

Finalizando, Cunha (2014), apresenta suas conclusões:

[...] a persistência dos vetores simbiose Estado-capital e regeneração moral para configurarem a educação brasileira, mesmo após três décadas de transição da ditadura para a democracia. Talvez até por causa disso, a retomada das práticas populistas e a mais livre representação dos grupos de interesse no Congresso Nacional tenham propiciado a persistência desses vetores. (CUNHA, 2014, p. 375)

Certamente mudanças podem ocorrer, mas não pela “vontade política” dos ocupantes dos cargos executivos dos três níveis da Federação, e sim, pela representação popular e sua mediação partidária (p. 375).

3.3. OS ARQUIVOS ESCOLARES COMO ESPAÇOS DE MEMÓRIA

Decerto o arquivo nasce a partir da necessidade de uma pessoa, de uma instituição, de uma empresa, etc. O que é produzido no transcorrer de suas existências (re)contam histórias que podem vir a ser interesse de investigação de pesquisadores acadêmicos de várias áreas do conhecimento. Nesse sentido, o arquivo como objetos e lugares se tornam memórias de forma involuntária por guardarem e salvaguardarem esses documentos.

Observamos que a memória está presente em qualquer lugar. Na memória está contida a cultura, ou seja, significados, valores e crenças. Longe de serem sinônimos (Nora 1993), memória e história possuem uma estreita relação: a história deve

esclarecer a memória e ser imparcial, enquanto a memória é a interpretação da história envolvendo a percepção.

Nora (1993) explica essa relação:

A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. [...]. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é o absoluto e a história só conhece o relativo. (NORA, 1993, p. 9).

Ao aceitarmos os arquivos como lugares de memória, atribuímos a eles a responsabilidade pela reconstituição dessas memórias. Ricouer (2007) também relaciona memória e história quando afirma que a historiografia se baseia na memória arquivada, não sendo esta uma memória espontânea. Já a memória propriamente dita é tecida após um evento qualquer. São memórias ao mesmo tempo íntimas (ou individuais) e compartilhadas entre pessoas próximas a esse indivíduo.

Ainda analisando as proposições de Ricouer (2007), entre o tempo narrado (da memória viva) e do espaço construído (da história, por exemplo), as analogias e as interferências abundam, pois, apesar das oposições entre construído e não-construído, as interações permanecem inalteradas.

Nessa perspectiva, os arquivos tornam-se lugares de memórias, onde se guardam e salvaguardam documentos que vão (re)contar histórias através das investigações de pesquisadores.

O acervo depositado nesse lugar traz à tona noções e/ou vestígios que recriam situações, histórias de vida, da sua criação, suas práticas cotidianas, como Nora (1993), diz:

Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual [...]. Os três aspectos coexistem sempre [...]. É material por seu conteúdo, demográfico, funcional por hipótese, pois garante ao mesmo tempo a cristalização da lembrança, e sua transmissão, mas simbólica por definição, visto que, caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vivida por pequeno número uma maioria que deles não participou. (NORA, 1993, p. 21-22)

O acervo como lugar de memórias é explorado pela História da Educação, que se utiliza desses documentos para pensar questões pertinentes à essa área. Essas fontes permitem desenvolver respostas a diversos questionamentos e indagações que perpassam a educação.

As memórias históricas servem para disseminar o conhecimento, fato esse

constatado por Furtado (2011) ao se referir às escolas como locais de informações necessárias para se coletar dados e pesquisas:

Nestes arquivos encontram-se registros de diferentes naturezas e espécies, que, muitas vezes, já fazem parte de uma memória “perdida”, esquecida, porém uma memória que representa um passado de escolarização, com características próprias da instituição escolar a qual pertence e identificada com a sua época. (FURTADO, 2011, p.150)

4. POLÍTICAS PÚBLICAS E ARQUIVOS ESCOLARES: INTRODUZINDO UMA CONVERSA

Ao falarmos sobre políticas públicas podemos relacioná-las às Ciências Políticas, a programas de ações governamentais e, ainda, aos direitos humanos. Estudo sobre políticas públicas estão sendo produzidas na área das Ciências Políticas, como afirma Sousa (2006),

Há uma multiplicidade de teses e dissertações sobre temas relacionados às políticas governamentais; disciplinas de políticas públicas foram inseridas nos programas de graduação; criaram-se linhas de pesquisas nos programas de pós-graduação especialmente voltadas para esse campo do conhecimento e agências de fomento à pesquisa estabeleceram linhas especiais de financiamento para as investigações nessa área. (SOUSA, 2006, p. 1-2)

O papel do Estado é apresentado por Bucci (2002) quando afirma que as políticas públicas são “programas de ação governamental visando coordenar os meios de ação governamental e atividades privadas para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados”, podendo ser consideradas como respostas do Estado aos direitos coletivos da população.

Quanto aos direitos do cidadão, Carvalho (2002) apresenta o seguinte conceito: “políticas públicas são construções de uma coletividade, que visam a garantia dos direitos sociais dos cidadãos que compõem uma sociedade humana”.

Apesar de relacionada a interesses diversos, cabe reconhecer que política pública não é construção de Governo ou somente relacionada a anseios da população; ela deve ser analisada como uma construção coletiva composta por atores do governo e da sociedade como um todo.

Nesse sentido, Sousa (2006) apresenta o conceito de políticas públicas:

Políticas Públicas podem ser entendidas como o conjunto de planos e programas de ação governamental voltadas à intervenção no domínio social, por meio dos quais são traçadas as diretrizes e metas a serem fomentadas pelo Estado, sobretudo na implementação dos objetivos e direitos fundamentais dispostos na Constituição. (SOUSA, 2006, p. 3)

O processo de formulação de políticas públicas envolve a identificação de diversos atores com diversos interesses que permeiam a luta por inclusão de determinada questão na agenda política; funcionam como instrumentos em torno de interesses comuns, que se estruturam em coletividade com intuito de planejar, racionalizar no sentido de realizar e regulamentar direitos sociais. Políticas públicas podem ser compreendidas como a resposta do Estado aos anseios e direitos da

sociedade.

A década de 1980 foi marcada pelo fim do regime autoritário e pela redemocratização da sociedade, onde os movimentos sociais foram importantes na discussão da nova organização e na efetivação de políticas públicas. Na nova sociedade democrática que surgiu a partir deste marco, a sociedade civil teve uma participação ativa na definição, no acompanhamento e na implementação das políticas públicas. Têm a ver com o processo de democratização e institucionalização, refletindo a ligação entre estado e sociedade que apontam para novos valores na cultura pública relativos à publicização de decisões tomadas na esfera pública como distinta da esfera estatal.

Souza (2006), destaca alguns aspectos principais a respeito de políticas públicas:

- a política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz;
- a política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes;
- a política pública é abrangente e não se limita a leis e regras;
- a política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados;
- a política pública, embora tenha impactos no curto prazo, e uma política de longo prazo. (SOUZA, 2006, p. 17)

Ao relacionarmos a existência de políticas públicas a demandas da população ou um de seus segmentos, assim como são implantadas políticas públicas de saúde, políticas públicas de educação ou políticas públicas de meio ambiente, visando assegurar direitos à informação existente a cada cidadão brasileiro, faz necessário a formulação de políticas públicas de arquivo, que terão como objetivo principal, proporcionar acesso das informações, a cada indivíduo interessado.

Jardim (2009), apresenta uma visão de ampliação dos debates sobre a formulação, desenvolvimento e avaliação de políticas públicas arquivísticas. Diferentemente de uma visão otimista pelo crescimento desses debates, ele afirma que “o debate tem se dado mais em função da ausência do que da presença dessas políticas” (p.47), demonstrando que “a construção de políticas públicas vai muito além da retórica legal e do discurso governamental auto-referente que ao longo dos anos tem sido uma frequente característica no cenário arquivístico brasileiro” (p.47)

Para Jardim (2006), políticas públicas podem ser conceituadas como,

- o conjunto de premissas, decisões e ações – produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social – que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico, etc.) relativos à produção, ao uso e à preservação da informação arquivística de natureza pública e privada. (JARDIM, 2006, p. 10)

Além do objetivo inicial da política pública de arquivos estar pautado no direito do cidadão à informação, outros objetivos podem ser listados como fundamentais à formulação e implementação das políticas públicas de arquivo: o apoio à administração, a proteção da memória e o desenvolvimento científico.

Vásquez (2003) apresenta os objetivos a serem atendidos pelas políticas públicas de arquivo no que se refere às necessidades administrativas:

- garantir os direitos do Estado e dos cidadãos, contidos nos documentos de arquivo;
- oferecer informação acessível, que sirva para diagnosticar os problemas da comunidade;
- racionalizar a produção e utilização de recursos documentais;
- conferir transparência democrática aos atos do governo;
- estabelecer uma burocracia a serviço dos cidadãos. (VÁZQUEZ, 2003)

Da mesma forma, o autor apresenta objetivos relacionados à preocupação com o patrimônio documental: “conservação e acesso aos documentos de arquivos públicos e privados para pesquisadores e demais interessados na temática”.

Em 08 de janeiro de 1991 o Congresso Nacional aprovou a Lei de Arquivos, considerada por Jardim (2014) “uma das maiores evidências das conquistas arquivísticas da década de 1980”. Esta Lei conferiu aos arquivos – especialmente os públicos uma estatuta legal, até então inexistente. Ele afirma tratar-se de “uma ruptura com o modelo até então vigente no qual as instituições arquivísticas desempenhavam, na melhor das hipóteses, a função de ‘arquivo histórico’, desvinculada do conjunto da administração pública” (JARDIM, 2013, p. 37).

O Arquivo Nacional, conforme artigo 18º da lei, adquire a competência de implementar a “gestão e o recolhimento dos documentos produzidos e recebidos pelo Poder Executivo federal, bem como preservar e facultar o acesso aos documentos sob sua guarda e acompanhar e implementar a política nacional de arquivos” (BRASIL, 1991).

A partir da Lei 8.159/1991, é sancionado um corpo de normas sobre políticas públicas arquivísticas no Brasil, sendo que, mesmo após este marco, diversas pesquisas apontam para uma fraca adesão desta por parte da administração pública. Podemos atribuir uma série de fatores que nos distanciam da adesão efetiva da Lei 8.159/1991:

- falta de tratamento arquivístico dos acervos desde sua produção até sua destinação final;
- ausência de planos de classificação e tabelas de temporalidade;
- baixo prestígio e pouca visibilidade das instituições arquivísticas;
- falta de pessoal qualificado para lidar com a documentação;

- falta de instalações adequadas para guarda da documentação em todas as fases do ciclo de vida ou do *continuum* de documentos;
- quase ausência de centros de arquivamento intermediário. (ARREGUY, VENÂNCIO, 2017, p. 20)

4.1. RELEXÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DOS ARQUIVOS ESCOLARES

A realidade na qual os arquivos escolares estão inseridos no Brasil é realmente desestimuladora. Apesar das iniciativas em relação à criação e aplicabilidade de políticas arquivísticas, a maioria das instituições educacionais não possui ferramentas básicas para a construção e manutenção de um sistema de arquivos. O que se observa é a produção desordenada de documentos que se acumulam e geram lentidão nos processos administrativos e aumento da massa documental.

Bonato (2005) afirma que a Arquivologia não se encontra presente nas escolas enquanto saber específico no trato da documentação escolar (p. 213), e ainda, que falta uma política arquivística orientadora de sua preservação e organização. A autora defende a inclusão dos profissionais, alunos e comunidade para a solução:

Já que não há ainda uma política efetiva e oficial de gestão e recolhimento dessa documentação nas esferas de poder, tampouco um centro da educação para abrigá-la, algumas ações têm que ser tomadas. É fato inquestionável, a necessidade de sensibilizar autoridades e dirigentes das instituições educativas em torno da preservação dos arquivos escolares, assim como, envolver arquivistas, informatas e historiadores da educação na discussão. Mas, fazer um trabalho educativo envolvendo alunos e professores e toda a comunidade escolar na questão, é também uma outra iniciativa que deve ser tomada para tentar-se resolver as questões. (BONATO, 2005, p. 214)

Gomes (2017) acredita que a efetivação de políticas públicas no âmbito das relações entre o arquivo e a escola seja essencial para se repensar essa realidade, uma vez que, ao discutir práticas educativas alternativas, contribui-se para o processo de formação do sujeito. A autora cita Belloni (2003) que enxerga política pública como uma ação intencional do Estado junto à sociedade e complementa que deve envolver recursos sociais e ser avaliada do ponto de vista de sua relevância e adequação às necessidades sociais (BELLONI, 2003, p.44 *apud* GOMES, 2017, p.2).

Gomes (2017) argumenta sobre o quanto o conjunto de políticas públicas são deficientes nas ações públicas voltadas para os espaços das instituições escolares em prol de uma perspectiva que vise maior interação e sugere a participação dos sujeitos

maiores interessados nesse processo:

Analisar e compreender todo o contexto com vistas a revisão ou substituição de uma determinada política busca, fundamentalmente, a participação dos sujeitos diretamente envolvidos como: diretores, professores e outros servidores que atuam na área de educação, profissionais da área de arquivologia, bem como a sociedade civil e as pessoas que trabalham a serviço do poder público, sendo a ação destes essenciais do ponto da política que está sendo avaliada, acreditando ser o resultado desta implementação relevante não só para seus formuladores, mas para os setores sociais que só tem a ganhar com esta parceria. (GOMES, 2017, p.3)

4.2. LEGISLAÇÃO SOBRE ARQUIVO ESCOLAR

Considerando que a educação é função básica do Estado, que a instituição de ensino é responsável pela produção e/ou recebimento de documentos referentes à vida escolar do aluno, é importante observar se tais registros estão de acordo com o preconizado pela legislação e pela Arquivologia.

A legislação de ensino é um conjunto de normas educacionais, legais, e infralegais, leis e regulamentos com instrução jurídica, relativas ao setor educacional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9.394/96) é a legislação que regulamenta o sistema educacional (público ou privado) do Brasil (da educação básica ao ensino superior).

Buscamos apresentar as normatizações do sistema de trabalho nas esferas municipal, estadual e federal de ensino.

No âmbito municipal, a única legislação encontrada é a Lei Municipal nº 5.335 de 8 de dezembro de 2011, que cria a categoria funcional do Secretário Escolar, mas não trata, especificamente, sobre o arquivo escolar.

O Conselho Estadual de Educação – CEE, órgão da Secretaria Estadual de Educação, possui atribuição em matéria doutrinária, normativa, de planejamento setorial, ligada a assuntos educacionais. Constituído pelo decreto-lei nº 51 de 3 de janeiro de 1975 e alterado pela Lei nº 3.155 de 29 de dezembro de 1998, tem por objetivo zelar para que se cumpram, na esfera estadual, as leis de ensino e garantir a ação educativa, na condição de sua competência, desenvolvimento planejado, coordenado e integrado em função dos objetivos e resultados, prévia e periódica, previstos em termos de custo, tempo, quantidade e qualidade (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2016).

O CEFET/RJ, como instituição federal de ensino, é vinculado ao Ministério da

Educação, é submetido hierarquicamente ao Conselho Nacional de Educação - CEE.

Criado pela Lei nº 9.131 de 25 de novembro de 1995, o CNE, órgão colegiado integrante do Ministério da Educação, com objetivo de colaborar na política nacional de educação (MEC, 2016). Em seu art. 7º§ 1º, são apresentadas, entre outras, as seguintes competências:

- a) subsidiar a elaboração e acompanhar a execução do Plano Nacional de Educação;
- b) manifestar-se sobre questões que abrangem mais de um nível ou modalidade de ensino;
- c) assessorar o Ministério da Educação e do Desporto no diagnóstico dos problemas e deliberar sobre medidas para aperfeiçoar os sistemas de ensino, especialmente no que diz respeito à integração dos seus diferentes níveis e modalidades;
- d) emitir parecer sobre assuntos da área educacional, por iniciativa de seus conselheiros ou quando solicitado pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto;
- e) manter intercâmbio com os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal;
- f) analisar e emitir parecer sobre questões relativas à aplicação da legislação educacional, no que diz respeito à integração entre os diferentes níveis e modalidade de ensino;
- g) elaborar o seu regimento, a ser aprovado pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto (BRASIL, 1995)

Os arquivos são responsáveis pela guarda, preservação e acesso aos documentos. Nesse sentido, a Lei 8.159/91 – Lei de Arquivos aborda toda essa temática, inclusive no que se refere ao direito de acesso, excetuando as informações consideradas sigilosas que são regulamentadas pela Lei 12.527/2011 LAI – Lei de Acesso à Informação.

Prevista na Constituição Federal, a LAI regulamenta o papel do Estado como responsável por garantir o acesso e assim fortalecer a democracia.

O CNE tem por obrigação, regulamentar as normas sobre os documentos escolares. O parecer CNE nº 16, de 4 de novembro de 1997 propõe o projeto que regulamenta o arquivamento de documentos escolares e assim estabelece em seu art. 1º:

- Art. 1º O arquivamento de documentos escolares, das instituições de ensino, observará as seguintes modalidades:
- a) o próprio documento no original ou em fotocópia autenticada;
 - b) em fotograma obtido por microfilmagem;
 - c) em disquetes ou CD ROM obtido por sistema computadorizado (BRASIL, 1997).

O art. 2º trata do acondicionamento da documentação atribuindo conceitos que não são utilizados no âmbito arquivístico, apresentando o termo pejorativo de “arquivo morto”:

- Art. 2º - Quando o arquivamento obedecer a alínea “a” do artigo anterior, será organizado em duas modalidades:
- a) Arquivo Vivo ou de Movimento, para pronta consulta e escrituração;
 - b) Arquivo Morto ou permanente, quando concluída a escrituração pela

conclusão de curso, transferência, trancamento de matrícula ou abandono do curso. (BRASIL, 1997).

O art. 3º elucida questões a respeito do arquivamento de documentos eletrônicos que devem pertencer ao arquivo corrente, vivo ou de movimento, conforme enunciado no art. 2º, uma vez que são frequentemente consultados:

Art. 3º o arquivamento de fotogramas de microfilmagem, disquete e CD ROM de sistema computadorizado, pelo reduzido espaço que ocupa no arquivo, condições especiais de armazenamento e facilidade de consulta e reprodução, será sempre da modalidade de Arquivo vivo ou de movimento (BRASIL, 1997)

O art. 4º determina as responsabilidades do Secretário Escolar e do Diretor Escolar e determina: “sob a supervisão do Diretor, a pessoa responsável pelo manuseio e reprodução dos documentos arquivados será o Secretário da Unidade Escolar, pessoalmente ou por pessoa habilitada, por ele autorizada.

Também sob a supervisão do Diretor, caberá ao inspetor escolar e ao secretário escolar a responsabilidade pela guarda da documentação produzida e/ou recebida pela escola, de acordo com a legislação, portaria normativa nº 3/11 e projeto de lei nº 1140/11.

Em seu art. 8º existe a regulamentação relativa à documentação da escola, dos gestores, dos professores e dos funcionários que também compõem o arquivo escolar mas não precisam ser microfilmados ou digitalizados, contanto que sejam de fácil localização:

Os livros de ata dos órgãos colegiados, textos de estatuto ou regimento, resoluções e normas regimentais, ‘curriculum vitae’ dos docentes e demais documentos que possam ser encadernados ou arquivados em pastas, facilmente identificáveis, não precisam passar pelo processo de microfilmagem ou computação, desde que possam ser localizados com facilidade. (BRASIL, 1997).

Constatamos que, as legislações que dizem respeito aos arquivos escolares, não são encontradas informações sobre as funções de classificação, ordenação e métodos de arquivamento. Além disso, também não há menção aos tipos de documentos produzidos e/ou recebidos pela instituição de ensino, tampouco se preocupa com os que se produzem no exercício de sua atividade-fim, como programas de curso, planos de aula, projetos educativos, atas de conselho de classe, atas de reuniões pedagógicas, etc. Também não são esclarecidas as normas referentes a espaço físico para arquivamento de novos documentos escolares, o que causa preocupação por parte dos administradores escolares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao escolhermos a temática de arquivos escolares para este trabalho, estávamos cientes da importância da sua representatividade para as memórias das instituições de ensino, face à literatura consultada apresentar a documentação escolar como rica fonte para pesquisas sobre a História da Educação.

Medeiros (2004) apresenta princípios que regem arquivos institucionais, nos quais estão inseridos os arquivos escolares em virtude de seu valor histórico.

Os princípios de acesso e gestão que regem os arquivos são fundamentais para a conservação, preservação, manutenção e acesso às informações custodiadas, enquanto instrumentos de apoio à cultura, à administração, ao desenvolvimento científico e como elemento de prova e informação.

É dever do Estado a gestão e proteção especial da documentação sendo que para a implantação desse princípio, conta com a estrutura do CONARQ, órgão central do SINAR para definir e implementar a política nacional de arquivos públicos e privados.

O princípio de acesso à informação diz respeito a todos terem direito a receber dos órgãos públicos informações de interesse particular, coletivo ou geral contidas em documentos de arquivo, e, para isso, conta com instrumentos legais de pedido de informações (pedido de certidões, mandados de segurança, execução de obrigações de fazer, dentre outros meios jurídicos).

O princípio de franqueamento à consulta afirma que cabe à administração franquear consulta de documentos públicos aos interessados, estabelecendo assim um dever para a administração e um direito público subjetivo. Avistamos neste princípio grande importância para os pesquisadores e historiadores.

Como os documentos de valor permanente são considerados de interesse público e social, eles não podem ser desfigurados ou destruídos, ficando sujeito à responsabilidade penal, civil e administrativa aquele que descumprir essa proibição.

Outros princípios, como a inalienabilidade, imprescritibilidade e seleção controlada dizem respeito a proibição de venda, troca, permuta; não incidência de prazos de prescrição nos documentos de valor permanente e ainda, a exigência de análise, avaliação e seleção dos documentos.

Portanto, Medeiros (2004), conclui que “para a democratização da pesquisa e do conhecimento”, os pesquisadores da História da Educação precisam se “envolver na luta (que é de interesse de toda sociedade) para que o seu direito de acesso aos documentos e

aos arquivos seja assegurado.

Constatamos que o arquivo escolar do CEFET/RJ é muito importante para a instituição, principalmente para os sujeitos que fazem parte dela, por suas demandas pedagógicas e administrativas, mas também, e ainda mais importante, comprovamos que ele tem papel e função vinculada diretamente à cidadania, pois os documentos produzidos e arquivados na escola contribuem para que o processo educacional se efetive por meio da informação e do que consiste em direito e dever do cidadão.

Em linhas gerais, salientamos que a documentação analisada por Borba (2017) sobre os movimentos estudantis no período da ditadura civil-militar brasileira, tendo em vista os motivos pelos quais foram produzidos, as circunstâncias dessas produções e a relação dos autores com os órgãos de repressão do Estado, devem ser analisados estando atentos às representações que possam expressar o contexto em que emergiram, tendo em vista que não se constituem em informações neutras das concepções das ideologias predominantes da época.

Certamente podemos afirmar a importância que esses acervos têm para a (re)construção de memórias e para análise histórica de um período de tão grande impacto e relevância tanto para o CEFET/RJ quanto para a sociedade no geral.

As rupturas e continuidades que perpassam a educação a partir dos anos 1960, são influências exercidas pelo Estado autoritário que se firmou no Brasil após 1964. Para consolidar seus ideais de desenvolvimento, pátria e nação, a educação foi posta sob rigoroso controle e vigilância dos órgãos de segurança, tornando-se cada vez mais acrílica e tecnicista.

E sob esse “momento de austeridade ditatorial dentro do espaço escolar” (BORBA, 2017), observamos o quanto essas reformas educacionais e os currículos escolares sofreram intervenções, alterando conteúdos de História, Geografia, Filosofia e Sociologia, diluindo e agrupando-os de forma genérica na disciplina de Estudos Sociais que deveriam promover a autonomia de pensamento e a busca pela transformação mas sem o caráter crítico e reflexivo dela esperado. Outras disciplinas também sofreram impactos negativos: Literatura, Artes e Ciências tornaram-se superficiais e ineficientes em seu propósito de formação de sujeitos capazes de intervir no mundo de forma consciente.

A aplicação de políticas de gestão de documentos é relevante porque os arquivos escolares representam uma contribuição de valor científico e cultural para a História da Educação Brasileira.

A inexistência de gestão documental constatada no CEFET/RJ, corrobora com o questionamento de Jardim (1999) apresentado inicialmente: ao ignorarem a gestão documental, as instituições perdem em organização administrativa e se desvinculam do processo político decisório documental, permitindo a eliminação indiscriminada de uma documentação que representa a memória da instituição, a vida escolar do aluno, a vida dos gestores e funcionários, além de material que prova o exercício principal da escola, a educativa.

Contudo, nossa intenção ao apresentar essa reflexão voltada para a relevância e valorização do arquivo escolar, foi chamar atenção para o quanto estes espaços se constituem como lugares de memória necessitando de tratamento arquivístico adequado no sentido de transformar o arquivo “morto” em arquivo histórico, organizado, catalogado e funcionalmente disponível para a administração escolar e ainda como fonte de informações para pesquisadores.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. História oral, memória e reparação: Reflexão sobre a importância do testemunho na superação de contextos de violência política. *Oral History Forum d'histoire orale*, Edição Especial / "História Oral em América Latina. 2012, p. 1-18.

ARAUJO Maria Paula; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. História, memória e esquecimento: Implicações políticas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, V. 79. Dezembro, 2007. P. 95-111.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 230 p. (Publicações Técnicas, 51).

BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor de; SOUZA, Luzia Costa de. *Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional*. 2.ed. São Paulo. Cortez. 2001, 95 p.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. Editora FGV. Rio de Janeiro. 2006. 320.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. Os arquivos escolares como fonte para a história da educação. In *Revista Brasileira da Educação*. nº 10. Jul./dez. 2005. p. 193-220

BORBA, Rodrigo Cerqueira do Nascimento. *Entre a técnica e a tática: Movimentos estudantis na Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca (1967-1978)*. UFRJ. Rio de Janeiro, nov 2017, 156 p.

_____. LOPES, Sonia de Castro. *A Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca nos "anos de autoritarismo": um estudo a partir de olhares discentes (1968-1974)*. IX CBHE. João Pessoa. Universidade Federal da Paraíba. 2017. p. 1954-1970.

BRANDÃO, Marisa. CEFET Celso Suckow e algumas transformações históricas na formação profissional. *Trabalho Necessário*, v. 7, p. 1-22.

BRASIL. Conselho Estadual de Educação. Fixa normas para autorização e encerramento de funcionamento de instituições de ensino presencial da Educação Básica, em todos os níveis e modalidades, e dá outras providências. Deliberação CEE nº 316, de 30 de março de 2010.

_____. Conselho Nacional de Educação. Normas para simplificação dos registros e do arquivamento de documentos escolares. Parecer CNE/CP nº 16, de 4 de novembro de 1997. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 22 nov. 1997.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292p. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 5 out. 1988. Seção 1.

_____. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 – Lei de Arquivos. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 9 jan. 1991. Seção 1.

_____. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Lei de Acesso à Informação. Regula o acesso à informação e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 18 nov. 2011. Seção 1.

_____. Lei nº 12.796 de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de 7 dezembro de

1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 20 dez. 2013.

_____. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1

_____. Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995. Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 25 nov. 1995. Seção 1.

_____. Ministério da Educação. Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, 2016.

_____. Ministério da Educação. Legislação. Conselho Nacional de Educação.

BUCCI, Maria Paula Dallari. Buscando um conceito de Políticas Públicas para a Concretização dos Direitos Humanos. In: *Direitos Humanos e Políticas Públicas*. São Paulo. Pólis, 2001. (Cadernos Polis, 2) Em Acesso em 07/02/2005.

_____. *Direito Administrativo e Políticas Públicas*. São Paulo: Editora Saraiva, 2002.

CARDOSO, Tereza Fachada Levy. *A formação docente na Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz*. In: I Congresso Brasileiro de História da Educação, Rio de Janeiro, 2000.

CARVALHO, Alysson (org.) *Políticas Públicas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.

COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean-Yves. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

CUNHA, Luiz Antônio. O legado da ditadura para educação brasileira. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 35, n. 127, p. 357-377, abr./jun.2014.

FEIJÓ, Virgílio de Mello. *Documentação e arquivos*. Porto Alegre: Sagra, 1988.

GALLEGO, Rita de Cassia.; SILVA, Vivian Batista *A gestão do tempo e do espaço na escola*. Material do Curso de Gestão da Escola para Diretores, realizado no Ambiente Virtual de Aprendizagem Rede de Formação Docente (REDEFOR/USP), 2010. 53p.

GONÇALVES, Irlen Antônio; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História das culturas e das práticas escolares: perspectivas e desafios teóricos-metodológicos. In: SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIM, Vera Teresa. (orgs.) *A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para pesquisa*. Campinas: Autores associados, 2005.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. *O arquivo histórico escolar, a universidade e a escola: diálogos possíveis*, in Cadernos de Educação. FaE/PPGE/UFPel|Pelotas [31]: 71-84, julho/dezembro 2008

GOMES, Priscila Ribeiro. *Ensinar e aprender nos/com arquivos: (re)vendo as práticas pedagógicas*. UNIRIO. Rio de Janeiro, 2011, p.1-14.

_____. *Tecendo fios nos espaços e tempos da escola na prisão*. 2013. 214p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em:

<<http://www.repositorio.unicamp.br/hande/REPOSIT/250810>> . Acesso em: 10 jun. 2019.

FURTADO, Alessandra Cristina. Os arquivos escolares e sua documentação: possibilidades e limites para a pesquisa em História da Educação. In CID: revista de *Ciência da Informação e Documentação*, v. 2, n. 2, p. 145-159, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42357> . Acesso em: 21 abr. 2019.

HALBAWCHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo. Vértice, 1990.

HEREDIA HERRERA, Antonia. *Archivística general: teoria e practica*. Sevilla: Disputacion de Sevilla, 1993. 512p.

JARDIM, José Maria. A periferia sem centro: os arquivos como sistema. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1995b. (*Cadernos de Pesquisa*, n.1)

_____. *A invenção da memória nos arquivos públicos*. *Ciência da Informação*, v. 25, n. 2, 1995. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/viewFile/439/397>> Acesso em 10 jun.2019.

_____. *Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil*. Niterói, EDFF, 1995c. 196 p.

_____. Políticas Públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. *Arquivo & Administração*, v.5, n.2, p. 5-16, 2006.

_____. Diversidade arquivística e políticas de arquivos. *PontodeAcesso*, Salvador, v. 3, n. 1, p. 46-59, abr. 2009.

JULIA, Dominique. A cultura escolar com objeto histórico. In. *Revista Brasileira de História da Educação*. Nº 1, janeiro/julho, p. 9-43. Campinas-SP: Autores associados, 2001.

LOPES, Luís Carlos. *A nova arquivística na modernização administrativa*. 2.ed. Brasília: Projecto Editorial, 2009. 416p

MEDEIROS, Ruy Hermann Araújo. Arquivos escolares: breve introdução a seu conhecimento. *Revista HistedBR*, Campinas, n.14, jun. 2004, 11 p.

MINAYO, Maria Cecília de S; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade? Scielo Brazil: *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, jul/set. 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf>. >Acesso em: 20 outubro 2018.

MOGARRO, Maria João. Arquivo e Educação: A construção da memória educativa. *Sísifo:Revista de Ciências da Educação*, nº 1, set./dez., 2006, p. 71-84.

NORA, Pierre. Entre a história e memória: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*. São Paulo, v. 10, 1993, p. 07-28.

PAES, Marilena Leite. *Arquivo Teoria e Prática*. 3ª edição – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, 228p

POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p.3-15.

_____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 10, p. 200-212.

QUEIROZ, Roosevelt Brasil. *Formação e gestão de políticas públicas*. Curitiba: ED. IBPEX, 2007.

REIS, Filomena Luciene Cordeiro; REIS, João Olímpio Soares dos. Arquivos Escolares: um estudo introdutório. *Ágora*, Florianópolis, v. 27, n. 55, jul/dez, 2017, p. 475-500.

RICOUER, Paul. Fase documental: a memória arquivada. In: _____. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas. Editora da UNICAMP, 2007. P. 155-192.

RIO DE JANEIRO. Lei Municipal nº 5335 de 08 de dezembro de 2011. Cria no quadro permanente do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro a categoria funcional de Secretário Escolar e dá outras providências. Disponível <http://smaonline.rio.rj.gov.br/legis_consulta/397031lei%205335_2011.pdf> Acesso em 30 jun.2019.

SARAIVA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elizabete (Org.). *Políticas públicas: coletânea*. Brasília: ENAP

SILVEIRA, Zuleide Simas da. Concepção de educação tecnológica: das escolas técnicas industriais ao CEFETs. *Revista Educação Pública* (Rio de Janeiro), 2010. v. 10, p. 1-15

SIQUEIRA, Marcelo Nogueira de. O movimento estudantil na Guanabara de 1964 a 1968: contexto, ojetivos, estratégias e conseqüências. In: *Diálogos*, v. 15, n. 2, p. 311-330, maio.ago.2011.

SOUZA, Celina. Políticas Publicas: uma revisão de literatura. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez, 2006, p. 20-45

VÁZQUEZ, Manuel. *Como seleccionar documentos de archivo*. Córdoba: Ad Sidera Editorial, 2002.

VIDAL, Diana G. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, Rosa F e VALDEMARIN, Vera T. (orgs.) *A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. Apoio: Unesp/FCLAr, p.3-30.

VIÑAO FRAGO, Antonio. História de La educación e historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, nº 0. 1995.